

## POLIFONIA EM UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA \*

Vanessa Raini de SANTANA \*\*  
Aparecida Feola SELLA \*\*\*

*ABSTRACT: As pointed out by Koch (2002), all activity of interpretation in everyday language is based in the assumption that the speaker has certain communicative intentions. Therefore, the aim will be for the implementation of this research, to analyse an unit of a textbook of history, that was used in a public school of Cascavel, which was chosen randomly. The research will be based largely on the works of Ducrot (1987, 1989) and Koch (2001, 2002), which are fundamental to the discussion of the concept of polyphony and argumentative operators. It is expected, as a result of this work, to identify how the arguments are generated by the polyphony of the text used in the classroom to discuss and analyze if the linguistic construction presented in this type of material allows the expansion of information.*

*KEYWORDS: polyphony; argumentative operators; argumentation; history textbook.*

### 1. Introdução

Estudos como os de Ducrot (1989) e de Koch (2002) apontam para a existência de argumentação na própria língua. O locutor do texto, ao elaborar seu enunciado, apresenta elementos que permitem identificar como se organizam seus argumentos. Dessa forma, faz-se importante esclarecer que os elementos linguísticos utilizados durante o processo da argumentação têm sua relevância, tendo em vista a possibilidade de esses elementos indicarem a orientação argumentativa inserida pelo locutor no seu discurso.

Conforme aponta Koch (2002, p. 17),

Por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – [o homem] tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (grifos da autora)

Dessa forma, para o desenvolvimento deste trabalho, parte-se da hipótese de que a utilização de certos elementos linguísticos no discurso pode revelar a intencionalidade do locutor diante do seu interlocutor, na produção de sentidos e na sugestão de conclusões. No entanto, elementos importantes para a verificação do direcionamento argumentativo produzido pelo locutor do texto, como é o caso dos operadores argumentativos, não recebem a devida atenção nas aulas de língua portuguesa, conforme aponta Koch (2001).

---

\* Este trabalho representa recorte da Monografia intitulada “Traços de polifonia em um livro didático de História”, desenvolvida durante o ano de 2009 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob orientação da Prof. Dra. Aparecida Feola Sella.

\*\* Discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras; Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

\*\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras; Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A análise do *corpus* selecionado, baseada principalmente nos estudos de Ducrot (1987, 1989), de Guimarães (1987, 1989) e de Koch (2001, 2002), pautou-se na tentativa de verificar como esse processo de realização da argumentação a partir da utilização/seleção de operadores argumentativos permite ao leitor a verificação de direcionamento argumentativo por parte do locutor do texto. A pesquisa se estrutura, portanto, em levantamento bibliográfico, seguido de seleção e análise de *corpus*.

No processo de interpretação dos enunciados, faz-se importante verificar como o locutor realiza sua argumentação, tendo em vista que o direcionamento argumentativo do locutor pode levar seu interlocutor a conclusões que ele mesmo não tomaria, caso as verificasse no discurso do outro.

Segundo Almeida (2001, p. 130)

a atividade de interpretação de texto deve levar em conta a suposição de que o emissor tem determinadas intenções e para captá-las é preciso seguir certos sinais ou pistas que são, em grande parte, responsáveis pela significação global do texto. Além da significação explícita do texto, existem as intenções implícitas que se ligam à intencionalidade do emissor e que, sendo na maioria das vezes sutis, revelam-se cruciais para produzir os efeitos que se pretende: levar o interlocutor a determinados tipos de conclusão com exclusão de outras.

Dessa forma, toma-se como justificativa para a realização desta pesquisa a necessidade de se ensinar aos alunos uma maneira de identificar traços de argumentação presentes em enunciados produzidos a partir da utilização de certos operadores argumentativos, constituídos pela classe das conjunções, dos advérbios e das preposições.

A seleção de um material direcionado ao ensino se deu pelo fato de que o material didático, além de apresentar um interlocutor “certo”, também pode revelar as perspectivas assumidas pelo locutor do texto, tendo em vista que a sua principal função é repassar conhecimento, de maneira sistematicamente preestabelecida.

O material selecionado para servir de *corpus* para esta análise foi a unidade intitulada “O mundo em transformação (séculos XVII – XVIII)”, retirada do livro didático **História Global: Brasil e Geral**, de autoria de Gilberto Cotrim, do ano de 2005. O livro direciona-se ao Ensino Médio e foi utilizado em uma escola estadual da cidade de Cascavel, no ano letivo de 2009.

Essa unidade aborda temas relacionados às revoltas e revoluções ocorridas mundialmente durante os séculos XVII e XVIII, apontando os motivos e consequências de tais atos. Além disso, a unidade também apresenta um capítulo que versa sobre o Iluminismo e a sua importância diante desse contexto de revoluções pelo qual esse período passou.

Dessa unidade, selecionaram-se 06 enunciados, os quais apresentaram a utilização de alguns operadores argumentativos com função polifônica e direcionamento argumentativo para o interlocutor do texto. Esses exemplos foram escolhidos aleatoriamente e optou-se pela análise dos operadores que permitiram a verificação de direcionamento argumentativo.

Dessa forma, buscou-se na pesquisa, a partir das leituras realizadas, uma análise de como se processa a argumentação do locutor do texto, a fim de verificar encaminhamentos argumentativos sugeridos por esse locutor.

## 2. Análise do *corpus*

Ducrot (1987), ao trabalhar com o conceito de polifonia, declara que a sua identificação é um dos passos para a interpretação dos enunciados. O valor pragmático de certas marcas linguísticas revela de que lugar fala o locutor, como ser responsável pelo

enunciado. As vozes enunciativas podem advir de preceitos ideológicos, de estado emocional, ou mesmo de uma disposição para tratar de determinados assuntos, etc., revelando-se uma conotação, o que pode originar-se da voz de uma comunidade, por exemplo.

Dessa forma, buscou-se, com a realização das análises que seguem, a identificação das vozes utilizadas pelo locutor ao realizar seus enunciados, com o intuito de orientar argumentativamente o interlocutor a favor do ponto de vista defendido por ele no desenvolvimento do capítulo do livro analisado.

Passa-se, portanto, à análise dos enunciados retirados do livro didático, ressaltando-se que, para isso, selecionaram-se apenas alguns dos operadores argumentativos presentes nos enunciados, ou seja, aqueles que se mostraram relevantes para a análise a ser desenvolvida. Faz-se importante também declarar que em alguns enunciados pôde-se analisar a existência de *classe e escala argumentativa*, enquanto em outros enunciados essa identificação não foi possível, devido ao teor semântico de cada operador.

O primeiro recorte selecionado é o enunciado que abre a unidade *O mundo em transformação (Séculos XVII-XVIII)*, selecionada para análise da polifonia gerada por operadores argumentativos, e se apresenta como uma espécie de introdução ao que será abordado em toda a unidade que se segue:

Enunciado 01 – “Eu concebo na espécie humana duas espécies de desigualdades: uma, que chamo de natural ou física, (1) porque foi estabelecida pela Natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças corporais e das qualidades do espírito ou da alma; outra, a que se pode chamar de desigualdade moral ou política, pois que (...) foi estabelecida (...) pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos que estes, (2) ou mesmo mais obedecidos.” Jean-Jacques Rousseau (COTRIM, 2005, p. 254)

Primeiramente, destaca-se que o locutor do texto apropria-se de uma fala de Jean-Jacques Rousseau nesse trecho da obra. Isso pode ser percebido pelo fato de o enunciado apresentar-se aspeado e com a citação do nome do filósofo ao final do enunciado. Além de ser considerado um caso de intertextualidade explícita, em que se apresenta a citação da fonte que deu origem ao enunciado, esse enunciado retrata a inserção de um argumento por autoridade que, segundo Koch (2002, p. 146)

não pode ser contestado, por ser introduzido ao nível do mostrar, da representação dramática, não podendo, pois, ser julgado em termos de verdade ou falsidade; ele é representado como sendo produzido por um outro enunciativo diferente do locutor, de modo que este, embora o “mantenha”, prestando-lhe um certo grau de adesão ou reconhecendo-lhe certa legitimidade, não assume a responsabilidade direta de tê-lo dito.

No caso do enunciado citado, o locutor apresenta a fala do filósofo como uma maneira de justificar a existência de desigualdade, relacionando esse fato à própria natureza humana (o que demonstra, embora de maneira disfarçada, a sua visão sobre o assunto).

Além desse jogo com uma voz autorizada para apresentar seu argumento, verifica-se, ainda, em dois momentos distintos do enunciado, a existência da polifonia gerada pela utilização de operadores argumentativos. O primeiro deles se dá quando o locutor do texto emprega o operador “porque”, que orienta o interlocutor a chegar à conclusão de que a existência de uma desigualdade natural ou física justifica-se pelo estabelecimento da própria Natureza, como fica claro na sentença que segue o operador. Essa utilização revela a perspectiva adotada pelo locutor, que apresenta a sua primeira justificativa como um

fenômeno que vai além da vontade humana, ou seja, que é determinada por forças exteriores ao controle humano. Dessa forma, conforme aponta Almeida (2001, p. 32), esse operador introduz uma “justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior”, complementando-o e apresentando o direcionamento do locutor por meio de uma voz com a qual ele concorda.

Já na segunda parte do enunciado, em que trata da outra forma de desigualdade existente, o locutor traz a informação de que esta, diferentemente daquela, é dependente da vontade humana. O locutor confirma a existência dessa desigualdade demonstrando que algumas pessoas desfrutam alguns privilégios que outros não têm. A relação desses privilégios justifica-se pela inserção de argumentos organizados a partir de uma escala argumentativa marcada em (2), na qual a utilização dos vocábulos “mais” e “ou mesmo mais” demarcam a argumentação sugerida no enunciado. Por tratar-se de um enunciado em que se pode perceber a existência de uma escala argumentativa, esse exemplo se diferencia dos demais, que, em geral, não apresentam gradação de argumentos, mas oposição, ou junção de argumentos a favor de uma mesma conclusão.

O enunciado seguinte apresenta informações acerca das transformações ocorridas no âmbito social, durante os séculos XVII e XVIII:

Enunciado 02 – A segunda metade do século XVIII foi marcada por importantes transformações que, de muitas maneiras, influíram na configuração do mundo atual. De um lado, grupos sociais conservadores procuravam manter seus privilégios adquiridos ao longo de séculos – (1) como as monarquias nacionais e a nobreza que girava em torno delas, no Antigo Regime. (2) Ainda que reformas tímidas tenham sido feitas por “déspotas esclarecidos”, elas (3) não foram suficientes para conter as novas forças sociais que afloraram nos séculos XVII e, principalmente, XVIII, formadas no bojo de transformações econômicas do porte da Revolução Industrial (4) ou de revoluções (5) como a francesa, a inglesa e a norte-americana. (COTRIM, 2005, p. 255)

Esse enunciado apresenta a inserção de argumentos por meio de operadores em alguns pontos. A primeira forma delas aparece em dois momentos do enunciado, com a utilização do operador “como”, em (1) e (5). Nas duas vezes em que aparece, esse operador representa função de introdução de exemplos sobre o assunto abordado antes de sua inserção. A exemplificação, nesses dois casos, aparece para comprovar a argumentação apresentada pelo locutor por meio de exemplos que dão credibilidade ao texto, ou seja, que confirmam o que o locutor vem apresentando como informações dadas ao seu interlocutor. É inserida, portanto, a voz de um enunciador que concorda com o já estabelecido. Dessa forma, a presença da polifonia no enunciado auxilia na defesa do ponto de vista do locutor, que insere informações que confirmam a sua argumentação.

Quanto ao operador seguinte, “ainda que”, Parreira (2006, p. 132) declara que, ao ser utilizado, aproxima-se da forma de ocorrência do “mas”, pois “opõe argumentos que orientam para conclusões contrárias, no entanto utilizam uma forma de argumentar diferente: a estratégia de antecipação. Tal estratégia consiste em anunciar de antemão que o argumento introduzido por esse operador será anulado”. Isso pode ser percebido na utilização de (2) no enunciado, em que há a inserção de um argumento favorável às forças sociais que afloraram nos séculos XVII e XVIII. Esse argumento opera adversativamente em relação ao argumento inserido após (3) “não” que aparece mais adiante no enunciado. A inserção de “ainda que”, apresenta a informação de que houve a tentativa de se controlar as forças sociais citadas, mas que isso não foi suficiente, já que as transformações que estavam ocorrendo eram bastante importantes e mais fortes do que as reformas. Dessa forma, pode-se afirmar que o operador

representa a função de contrapor dois argumentos, dando ênfase ao segundo. O “não” complementa esse sentido, demonstrando que essas reformas ocorridas não foram suficientes para abafar as Revoluções Industrial, Francesa, Inglesa ou Norte-americana. Há, portanto, a negação de uma voz que diz que essas “reformas tímidas”, citadas no enunciado, poderiam ter controlado as revoluções que vinham ocorrendo. A voz com qual o locutor do texto se identifica é a que representa a importância da existência de novas forças sociais no contexto a que o enunciado se refere.

Além disso, o operador “e” também é inserido no enunciado algumas vezes, demonstrando a adição de dados à argumentação proposta pelo locutor do texto, com a intenção de confirmar seus dados como sendo verdadeiros e passíveis de serem aceitos.

Por fim, percebe-se no enunciado a utilização do operador “ou”, em que se verifica a presença da alternativa entre a existência e a repercussão de uma e outra revolução. A utilização das alternativas demonstra que uma forma ou a outra das revoluções foi responsável pela ineficiência das reformas citadas. Conforme explica Guimarães (1989, p. 99), esse operador, “quando articula enunciados cujos conteúdos são argumentos, ele parece articular argumentos que vão na mesma direção (...), e que, pelo fato de se não funcionar um argumento funciona o outro, dá à argumentação um caráter mais forte, quase irrefutável”.

A seguir, tem-se um enunciado que trata de como se organizava a sociedade rural em relação à urbana na Europa durante os séculos XVI a XVIII. O enunciado apresenta alguns esclarecimentos sobre a ocupação da chamada “população rural”:

Enunciado 03 – Entre os séculos XVI e XVIII, a distribuição da população europeia era bem diferente da de hoje. Em todos os países da Europa havia um predomínio numérico da população rural sobre a urbana – certa de 80% das pessoas viviam no campo. Isso não significa, (1) porém, que todas elas trabalhavam diretamente na agricultura ou na pecuária. Numerosa parcela da população rural era composta de comerciantes e artífices que exerciam ofícios variados, (2) como os de ferreiro, metalúrgico, carpinteiro, ceramista, **armeiro**, **moleiro**, mineiro, **seleiro**, trabalhadores das pedreiras da construção civil, construtores de carroças e carruagens etc. O grupo familiar dos proprietários de terra dos **arrendatários** (3) também não trabalhava na terra, (4) mas explorava o trabalho dos camponeses, que estavam submetidos a variadas formas de servidão, (5) sobretudo nas regiões que atualmente compreendem a Europa Central e a Rússia (parte europeia). (COTRIM, 2005, p. 256, grifos do autor).

Nesse enunciado, pode-se verificar que, após informar que a maior concentração de pessoas estava no campo, o locutor apresenta a informação de que isso não significa que o ofício exercido por essas pessoas estava relacionado apenas à agricultura ou à pecuária. Isso se dá pela pressuposição da existência de um enunciadador que poderia aceitar como verdadeira essa informação, o qual é negado no enunciado. Ao inserir o primeiro operador argumentativo, (1) “porém”, o locutor revela que essa é a visão que se tem, normalmente, de um morador da área rural, mas que, no entanto, essa visão não corresponde à realidade, já que essa população apresenta outros ofícios. A fim de comprovar sua informação, o locutor insere o segundo operador, (2) “como”, em que articula a sua argumentação, apresentando exemplos de outras formas de trabalho de pessoas que habitavam áreas rurais.

Mais adiante no enunciado, com a mesma estrutura utilizada no início, o locutor apresenta a informação de que o grupo familiar dos proprietários de terra e dos arrendatários não tinham seus ofícios relacionados ao trabalho na agricultura ou na terra. Isso é percebido em (3) e (4), com operadores que demonstram qual era a verdadeira forma de trabalho desse grupo de pessoas. Por fim, há a inserção do operador (5) “sobretudo”, que demarca a ocorrência da exploração do trabalho dos camponeses de maneira mais efetiva na Europa

Central e na parte europeia da Rússia. Essa informação demonstra uma ressalva do locutor, já que até então apresentavam-se dados referentes à Europa como um todo.

Tem-se, a seguir, um enunciado que apresenta um operador inserido com função de representar uma voz irônica:

Enunciado 04 – A vontade de Deus é que todo aquele que nasceu súdito obedeça cegamente. (...) É somente à cabeça que compete deliberar e resolver, e todas as funções dos outros membros consistem (1) apenas na execução das ordens que lhes são dadas.

Luís XIV. *Memórias*. In: Jules Isaac e André Alba. *Tempos modernos*. São Paulo, Mestre Jou, 1968, p. 165. (COTRIM, 2005, p. 259)

O operador “apenas” aparece como que para demonstrar a inferioridade dos atos realizados pelos outros membros diante da função da “cabeça”. A voz da ironia, geralmente, é de difícil identificação, pois a sua localização depende, em grande parte, da concepção de mundo de quem está interpretando determinado enunciado, bem como a sua visão dos fatos elencados.

Nesse enunciado, no entanto, com a utilização do operador argumentativo, a localização do argumento que se revela irônico se torna mais acessível, considerando-se o valor semântico dos termos que envolvem o operador.

O enunciado seguinte é introduzido por um operador que demonstra a existência de discordância do locutor do texto com a forma de ação de uma sociedade diante dos mandos e desmandos do rei, durante o período Absolutista:

Enunciado 05 – (01) Afinal, por que as pessoas de uma sociedade permitiam que os poderes do Estado se concentrassem nas mãos do rei? Vários teóricos elaboraram argumentos que justificavam o absolutismo. (COTRIM, 2002, p. 259)

Nesse enunciado, com a utilização do operador “afinal”, ocorre a inserção de um argumento acionado pela voz da indignação. Há a inserção de um enunciativo que demonstra a necessidade de se saber o motivo de as pessoas permitirem que o rei fosse o centro do poder durante o período do absolutismo. Percebe-se que essa utilização do “afinal” leva o interlocutor a ver essa situação como realmente inaceitável. Isso se dá especialmente pelo fato de a concentração do poder estar nas mãos de apenas uma pessoa, que manipulava os demais membros da sociedade de acordo com os seus interesses. Toda essa manobra discursiva do locutor do texto é perceptível por meio do acionamento de um único operador argumentativo, inserido ao início do enunciado. Tal ato possibilita a verificação da importância de se explorar os efeitos enunciativos proporcionados pelo uso de operadores, bem como ocorre com outros elementos linguísticos que carecem de uma maior atenção durante o ensino dos sentidos permitidos pelo uso da língua, sobretudo nas aulas de Língua Portuguesa (o que não impede que esse aprendizado se dê, também, de forma transdisciplinar).

No enunciado seguinte, ao trabalhar com a visão do filósofo Thomas Hobbes sobre a sociedade Absolutista, o locutor do texto argumenta favoravelmente a essa visão:

Enunciado 06 – O filósofo inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679) escreveu o livro *Leviatã* (1651), em que compara o Estado a um monstro poderoso, criado para acabar com a desordem e a insegurança da sociedade. Segundo Hobbes, nas sociedades primitivas, “**o homem era o lobo do próprio homem**”, vivendo em constantes guerras e matanças, cada qual lutando pela sua sobrevivência e olhando para seus interesses individuais. (1) Só havia uma solução para esses conflitos: estabelecer um “**contrato social**”, no qual cada um deveria renunciar à sua liberdade em favor de um governo absoluto, capaz de garantir a ordem, a direção e a

segurança do convívio social. (2) Assim, Hobbes justifica o poder absoluto do governante como condição necessária à paz e ao progresso da sociedade. Esse poder do Estado nasceria desse “contrato social”, acordo no qual a vontade do governante (uma pessoa ou uma assembleia) passaria a valer como vontade de todos. Buscar o bem-estar do povo seria o dever básico do titular do poder político. (COTRIM, 2005, p. 260, grifos do autor)

Com esse enunciado, após repassar a metáfora elaborada por Thomas Hobbes sobre o Estado, o locutor do texto apresenta a solução elaborada pelo filósofo para o problema das guerras constantes como uma verdade única: introduzido pelo operador “só”, o argumento aparece como a verdade a ser aceita pelo interlocutor, pois não haveria outra solução para tal problema que não fosse o estabelecimento do “contrato social” sugerido por Hobbes. Trata-se, portanto, de um operador que “aponta para uma negação total” (ALMEIDA, 2001, p. 33) de qualquer outro argumento. Com esse operador, o locutor assume a voz de Hobbes como a única solução.

Na sequência, com o operador “assim”, o locutor anuncia uma conclusão a que chega, a partir dos argumentos apresentados anteriormente, já que o tópico do enunciado é a defesa da existência de um Estado absoluto.

### 3. Considerações Finais

A partir da análise realizada nesses enunciados, pôde-se verificar que a articulação de argumentos resultante da combinação de determinados operadores contribui para a construção do argumento defendido pelo locutor do texto. Essa utilização de operadores argumentativos em conjunto permite identificar a existência de relação entre o encadeamento argumentativo e a inserção de operadores na produção do discurso.

Nos enunciados selecionados, percebeu-se, com a utilização de determinados operadores argumentativos, a inserção de argumentos que se revelaram inversos a argumentos anteriores e outros operadores que demarcaram a inserção de argumentos favoráveis a uma mesma conclusão defendida pelo locutor do texto.

Essa identificação de como se processa a argumentação no texto por meio da utilização de operadores argumentativos permite verificar que a localização e devida interpretação desses elementos como direcionadores de conclusão são importantes na constituição do sentido do texto, sendo que muitos dos objetivos traçados pelo locutor do texto no seu discurso podem ser resgatados a partir da utilização de operadores que esse locutor realiza. Faz-se necessária, portanto, uma compreensão de como esses elementos atuam argumentativamente em um enunciado, para que se possa localizar o direcionamento argumentativo sugerido pelo produtor do texto.

As análises realizadas dos enunciados retirados do livro didático representam apenas alguns apontamentos de como esse processo argumentativo se dá no interior do discurso. Conforme aponta Almeida (2001, p. 129), “é possível servir-se de palavras ou expressões para exercer uma influência sobre outrem, já que determinadas palavras, em determinadas circunstâncias, são dotadas de eficácia argumentativa”. No caso dos operadores argumentativos, mais especificamente, pode-se afirmar que, de acordo com as análises processadas, esses elementos apresentam papel de direcionamento e encadeamento argumentativo.

## Referências

- ALMEIDA, L. *Análise semântica de operadores argumentativos em textos publicitários*. 2001. 169f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: [http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/DISSERT\\_lucimar.pdf](http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/DISSERT_lucimar.pdf) Acesso em: 16 de agosto de 2009, 13h45min.
- CARNEIRO, W. J. M. *O encadeamento argumentativo na Teoria da Argumentação na Língua*. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: [http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2420](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2420) Acesso em: 16 de agosto de 2009, 10h43min.
- COTRIM, G. O mundo em transformação (séculos XVII-XVIII). In: ----- . *História Global: Brasil e Geral*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. Argumentação e “Topoi” Argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (org). *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-38.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.
- KOCH, I. G. V. (1984) *Argumentação e Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. (1993) *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. & TRAVAGLIA, L. C. Intertextualidade. In ----- . *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PARREIRA, M. S. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. 2006. 223f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: [http://www.bdtd.ufu.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=659](http://www.bdtd.ufu.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=659) Acesso em: 28 de junho de 2008, 12h02min.
- SELLA, A. F. Relações textuais geradas pelo operador argumentativo *mas* em textos de teor opinativo. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 28, n. 2, p. 167-172, 2006.
- SILVA, L. R. *Operadores na constituição textual*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-26012007-005718/> Acesso em 16 de agosto de 2009, 12h12min.